JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.06.07 06:54:45 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 7 de junho de 2023 • Nº 1576 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

MONTADORAS

Com redução de preço, carro mais barato sai por R$ 58.990

As montadoras começam a liberar as tabelas com os preços de carros com descontos e lançam campanhas de marketing. A Renault já anuncia o Kwid Zen por R$ 58.990, uma redução de R$ 10 mil na comparação com o valor sugerido antes das medidas implementadas na segunda-feira passada. O pacote de equipamentos não foi alterado. A versão tem ar-condicionado, direção com assistência elétrica, quatro airbags e sistema de som, entre outros itens. A Fiat retirou as tabelas de seu site e colocou a mensagem "Em breve oferta com preços reduzidos" sob as fotos dos modelos. A expectativa é de diminuição para abaixo de R$ 60 mil — o Mobi era anunciado por R$ 68.990 antes do plano. PÁGINA 2

DESCARTADO

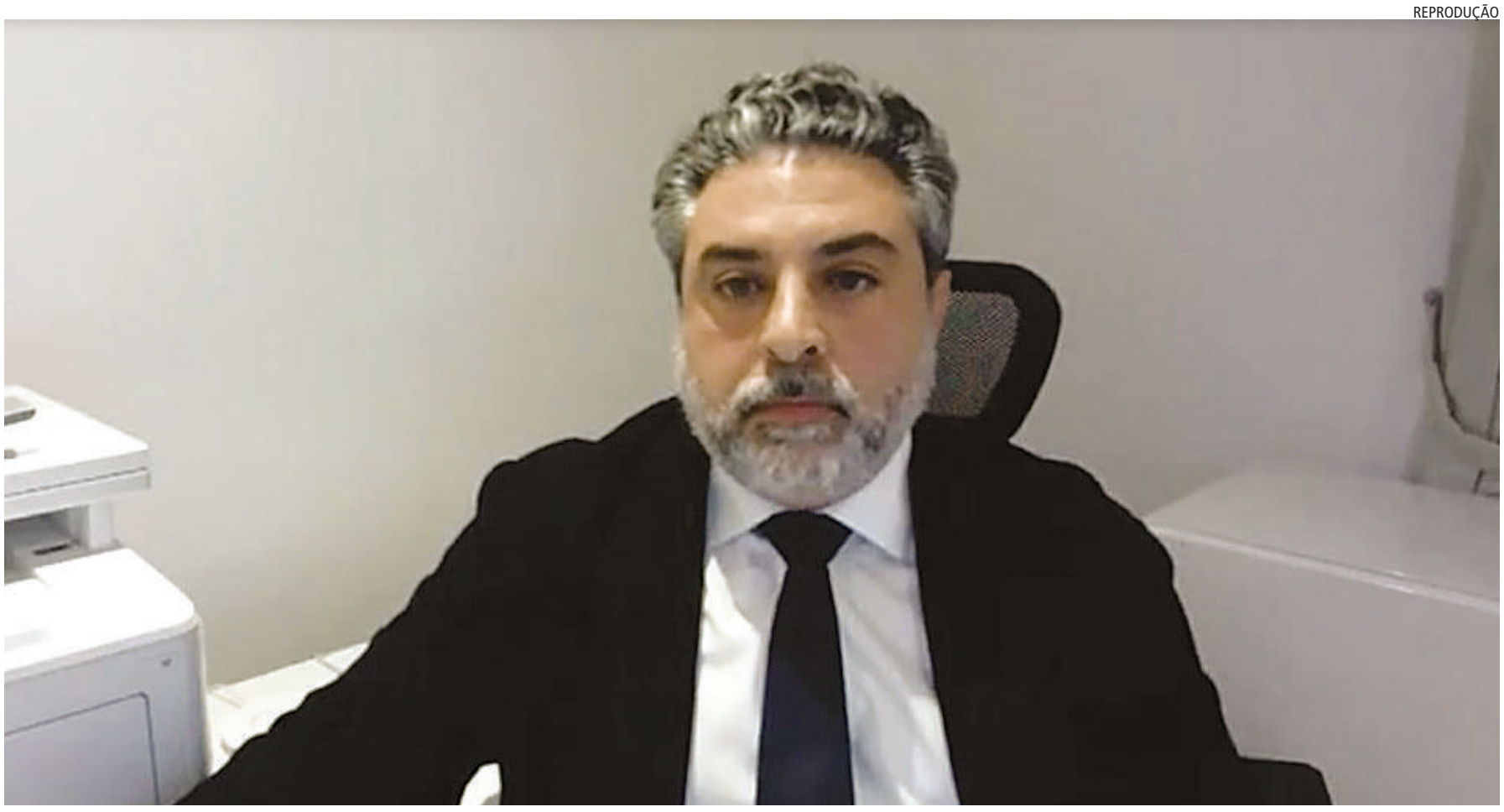
LULA MARQUES/ABRASIL

Câmara segue TSE e também cassa mandato de Dallagnol

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declarou ontem a perda do mandato do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) (**foto**). À Mesa cabe apenas fazer a declaração oficial, atendendo a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). No último dia 16, a corte eleitoral cassou, por unanimidade, o registro da candidatura e, consequentemente, o mandato de deputado. Em reunião realizada na residência oficial da Câmara, o corregedor, deputado Domingos Neto (PSD-CE), apresentou seu parecer sobre a cassação do ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba. A decisão da Mesa foi por unanimidade. "Não cabe à Mesa rever a decisão do TSE. É uma decisão meramente declaratória, não é homologatória. A Mesa não tinha outra alternativa", diz Luciano Bivar (União Brasil-PE), 1º secretário. Para Deltan, a Câmara se curvou diante de uma "decisão injusta". "Hoje a Mesa da Câmara dos Deputados decidiu se curvar diante de uma decisão injusta do TSE. Mais uma vez, o Poder Legislativo decidiu se curvar à criação da lei pelo Poder Judiciário. PÁGINA 3

BOMBA CONTRA MORO

REPRODUÇÃO



Tacla Duran confirma que vai depor na Câmara dia 19

O advogado Rodrigo Tacla Duran (**foto**) avisou ao deputado federal Rogério Correia (PT-MG) que irá participar no dia 19 de junho da sessão da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara convocada para ouvir o seu depoimento. O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli concedeu no último dia 16 um salvo-conduto temporário para o advogado vir ao Brasil participar da reunião sem ser preso. "Diante das tratativas mantidas pela Câmara dos Deputados com o depoente para que lhe seja assegurada 'imunidade', a fim de que possa esclarecer as denúncias em apreço ao parlamento, penso que não há outra alternativa senão a concessão de salvo-conduto para esta finalidade", diz Toffoli em sua decisão. Em mensagem ao deputado, Tacla Duran informou que poderia estar presente já no dia 19. PÁGINA 3

MAIO

Poupança tem retirada recorde de R$ 11,75 bi

A financeira mais tradicional dos brasileiros continua a registrar retiradas recordes de recursos. Em maio, os brasileiros sacaram R$ 11,75 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou ontem o Banco Central (BC). Essa é a maior retirada líquida (saques menos depósitos) para meses de maio desde o início da série histórica, em 1995. O desempenho contrasta com maio do ano passado. PÁGINA 2

PRIMEIRA TURMA

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

STF volta atrás e rejeita denúncia contra Arthur Lira

A Primeira Turma do STF decidiu ontem rejeitar uma denúncia que a corte já havia aceitado contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) (**foto**). Apesar de ser incomum o Supremo reverter uma denúncia já aceita, o tribunal também fez isso em 2021 em outro caso que envolvia Lira, o do chamado "Quadrilhão do PP". Ontem, o entendimento foi unânime, com os votos de todos os ministros da 1ª Turma. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 1,7% / 114.610,10 / 1.913,78 / Volume: R$ 29.584.797.735 / Negócios: 4.564.677

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
ASSAI ON NM	12.800	+14.70	+1.640
CARREFOUR BRON NM	10.98	+10.91	+1.08
AZUL PN N2	20.20	+10.50	+1.92
LOCAWEB ON NM	9.01	+10.15	+0.83
GOL PN N2	9.76	+8.69	+0.78

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
PETRORIO ON NM	34.28	–3.03	–1.07
CIELO ON NM	4.60	–2.54	–0.12
SAO MARTINHOON NM	37.80	–1.05	–0.40
USIMINAS PNA N1	7.39	–0.27	–0.02
BBSEGURIDADEON NM	30.99	–0.16	–0.05

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	67.60	+0.33	+0.22
PETROBRAS PN N2	28.05	+2.11	+0.58
B3 ON NM	14.41	–0.35	–0.05
PETRORIO ON NM	34.28	–3.03	–1.07
ASSAI ON NM	12.800	+14.70	+1.640

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.573,28	+0,03
NASDAQ Composite	13.276,418	+0,36
Euro STOXX 50	4.295,39	+0,08
CAC 40	7.209	+0,11
FTSE 100	7.628,1	+0,37
DAX 30	15.992,44	+0,18

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	-1,84% (mai.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA (5)**	0,39% (mai.)	Compra: 5,2900	Venda: 5,4700
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(03/05)	13,75%	0,20	até o dia 6/jun.	Compra: 4,9286	Venda: 4,9292
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(7/6)	0,68%	BM&F/grama	R$ 311,00	Compra: 4,9115	Venda: 4,9121
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(06/2023)	0,1799%	Compra: 5,2515	Venda: 5,2522	Compra: 4,9191	Venda: 5,0991

Economia

MERCADOS

Bolsa supera 114 mil pontos e fecha no maior nível desde novembro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O mercado financeiro teve um dia de otimismo. Beneficiada pela queda da inflação, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ultrapassou os 114 mil pontos e fechou no maior nível desde novembro. O dólar caiu pela quarta vez seguida e aproxima-se de R$ 4,90, influenciado pelo cenário internacional favorável.

O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou ontem aos 114.610 pontos, com alta de 1,7%. O indicador atingiu o maior nível desde 8 de novembro do ano passado, uma semana após os resultados das eleições presidenciais de 2022.

No câmbio, o mercado teve mais um dia de trégua. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R$ 4,912, com recuo de R$ 0,018 (-0,37%). Na mínima do dia, por volta das 14h, a cotação chegou a R$ 4,90.

A moeda norte-americana está no menor nível desde 15 de maio, quando tinha fechado em R$ 4,88. A divisa acumula queda de 3,17% apenas em junho. Em 2023, o recuo chega a 7%.

PREÇOS POPULARES

Montadoras se antecipam e reduzem preços de carros

As montadoras começam a liberar as tabelas com os preços de carros com descontos e lançam campanhas de marketing. A Renault já anuncia o Kwid Zen por R$ 58.990, uma redução de R$ 10 mil na comparação com o valor sugerido antes das medidas implementadas na segunda-feira passada.

O pacote de equipamentos não foi alterado. A versão tem ar-condicionado, direção com assistência elétrica, quatro airbags e sistema de som, entre outros itens.

A Fiat retirou as tabelas de seu site e colocou a mensagem "Em breve oferta com preços reduzidos" sob as fotos dos modelos. A expectativa é de diminuição para abaixo de R$ 60 mil —o Mobi era anunciado por R$ 68.990 antes do plano.

A Citroën anuncia o C3 Live por R$ 62.990 na modalidade que chama de venda direta para pessoa física - uma redução de R$ 10 mil. A comercialização é feita na rede concessionária, e o carro mantém todos os itens de série oferecidos anteriormente.

A Volkswagen atualizou os preços. O Polo Track, que custava R$ 82.290, agora é comercializado por R$ 74.990. O sedã Virtus teve redução de R$ 5.500 e agora custa a partir de R$ 98.890 na versão 1.0 turbo flex com câmbio manual.

O SUV compacto T-Cross Sense passou de R$ 116.550 para R$ 107.550 desconto de R$ 9.000, acima do teto previsto pelo governo. Já a picape Saveiro, que será remodelada neste ano, teve valor reduzido de R$ 94.490 para 90.190 na opção Robust, com cabine simples.

Em nota, a montadora diz que todas as concessionárias estão prontas para aplicar os preços já reduzidos. "A Volkswagen vai expandir a oferta e oferecerá bônus de até R$ 5.000 ou taxa zero aos seus clientes."

A Hyundai reduziu o preço do HB20 1.0 Sense de R$ 82.290 para R$ 74.290, promoção anunciada pouco antes da divulgação das medidas.

Na Jeep, a versão 1.3 Turbo do Renegade passa de R$ 125.990 para R$ 115.990. A versão Sport, que tem algumas diferenças de acabamento, entra em promoção: redução de R$ 134.990 para os mesmos R$ 115.990 da opção de entrada.

Para chegar a esses valores, a marca oficializou uma nova tabela: ambas as versões tiveram uma "redução relâmpago", com preço fixado a R$ 119.990. Ou seja, R$ 10 a menos que o teto estabelecido pelo governo.

A estratégia da Jeep foi semelhante à adotada pela Caoa Chery. Na semana passada, a montada lançou uma nova opção do Tiggo5, com valor sugerido de R$ 119.990. A nova tabela da empresa será divulgada nesta terça.

AJUDA FINANCEIRA

Desenrola Brasil pode perdoar dívidas de até R$ 100 a partir de julho

O programa Desenrola Brasil lançado na segunda-feira passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenta diminuir o número de endividados no país. Uma das medidas que podem ser adotadas é o perdão de dívidas de até R$ 100 pelos credores interessados em participar do programa.

O Desenrola Brasil terá duas faixas de renegociação de dívidas da pessoa física. Os contratos poderão ser firmados até 31 de dezembro de 2023 e os valores pagos não terão cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

O pagamento da dívida poderá ser à vista ou por financiamento bancário em até 60 meses, sem entrada, com juros de 1,99% ao mês. A primeira parcela será cobrada após 30 dias. A renegociação será pelo celular, e o pagamento poderá ser em débito, boleto ou Pix.

Para participar, é preciso estar com o nome no cadastro de inadimplentes. A faixa 1 será restrita ao cidadão que tenha dívidas de até R$ 5.000, cujo nome estava sujo em 31 de dezembro de 2022 e que receba até dois salários mínimos (R$ 2.640) ou esteja cadastrado no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal).

Já a faixa 2 será para pessoas com dívidas no banco, com possibilidade de renegociação direta com a instituição financeira. A expectativa do governo é começar o programa em julho e que mais de 70 milhões de pessoas possam ser beneficiadas.

A medida provisória 1.176, publicada ontem no Diário Oficial da União, traz as regras para participação no programa. Uma das condições para a entrada de credores é o perdão de "créditos de pequeno valor". Na MP, não é mencionada a quantia, mas informações divulgadas pelo Ministério da Fazenda são de que dívidas de até R$ 100 "poderão ser desnegativadas".

BANCO CENTRAL

Poupança tem retirada líquida recorde de R$ 11,75 bi em maio

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A financeira mais tradicional dos brasileiros continua a registrar retiradas recordes de recursos.

Em maio, os brasileiros sacaram R$ 11,75 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou ontem o Banco Central (BC).

Essa é a maior retirada líquida (saques menos depósitos) para meses de maio desde o início da série histórica, em 1995. O desempenho contrasta com maio do ano passado, quanto os correntistas tinham depositado R$ 3,51 bilhões a mais do que tinham sacado.

Com o desempenho de maio, a poupança acumula retirada líquida de R$ 69,23 bilhões no acumulado do ano. A aplicação registra a maior retirada acumulada para o período desde 1995. Nos cinco primeiros meses do ano passado, os saques superavam os depósitos em R$ 46,73 bilhões.

Em 2022, a caderneta registrou fuga líquida (mais saques que depósitos) recorde de R$ 103,24 bilhões, num cenário de inflação e endividamento altos. Os rendimentos voltaram a ganhar da inflação por causa dos aumentos da taxa Selic (juros básicos da economia), mas outras aplicações de renda fixa continuam mais atraentes que a poupança.

Em 2020, a poupança tinha registrado captação líquida (depósitos menos saques) recorde de R$ 166,31 bilhões. Contribuiu para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia de covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, que foi depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

Em 2021, a poupança teve retirada líquida de R$ 35,5 bilhões. A aplicação foi pressionada pelo fim do auxílio emergencial, pelos rendimentos baixos e pelo endividamento maior dos brasileiros.

2023

Banco Mundial eleva para 1,2% previsão de crescimento do Brasil

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Num cenário que classificou de "resiliência da economia global", o Banco Mundial elevou de 0,8% para 1,2% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) do Brasil em 2023. A projeção consta do relatório Perspectivas Econômicas Globais, divulgado ontem pela instituição financeira.

Apesar da melhora em 2023, o Banco Mundial reduziu, de 2% para 1,4%, as projeções de crescimento para a economia brasileira em 2024, na comparação com o relatório anterior, divulgado em janeiro. Para 2025, o organismo multilateral estima expansão de 2,4%.

Divulgado duas vezes por ano, o relatório lista as estimativas para o desempenho das economias em todo o planeta feitas pelo Banco Mundial. Segundo o organismo multilateral, apesar da melhora em alguns países latino-americanos, o crescimento econômico deste ano será sustentado principalmente pelas exportações, num cenário de dificuldades provocadas por inflações domésticas persistentemente altas e de aumento de juros.

Para a economia global, o documento elevou, de 1,7% para 2,1% a estimativa de crescimento econômico. Segundo o Banco Mundial, os Estados Unidos e outras grandes economias estão se revelando resilientes diante do aumento de juros decididos pelos principais bancos centrais.

Mesmo com a melhoria, a estimativa do Banco Mundial representa desaceleração em relação a 2022, quando a economia global cresceu 3,1%. Para 2024, o relatório diminuiu a previsão de crescimento de 2,7% para 2,4%. Segundo o organismo internacional, os juros altos terão efeitos no próximo ano, por meio da queda de investimentos comerciais e residenciais

DIEESE

Preço da cesta básica recua em 11 capitais

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O preço da cesta básica de alimentos caiu em 11 capitais no mês de maio em comparação com abril. As maiores quedas ocorreram em Brasília (-1,9%) e Campo Grande (-1,85%). As altas principais foram observadas em Salvador (1,42%) e Curitiba (1,41%). Os dados, divulgados nesta terça-feira (6), são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que pesquisa mensalmente o preço da cesta em 17 capitais.

São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R$ 791,82), seguida de Porto Alegre (R$ 781,56), Florianópolis (R$ 765,13) e do Rio de Janeiro (R$ 749,76). Os menores valores foram registrados em Aracaju (R$ 553,76), João Pessoa (R$ 580,95) e Recife (R$ 587,13).

Comparando o preço da cesta de maio de 2023 com o do mesmo mês de 2022, houve aumento em 14 capitais, com variações que oscilaram de 0,98%, em Aracaju, a 7,03%, em Fortaleza. Em três capitais houve queda: Recife (-1,47%), Curitiba (-1,38%) e Florianópolis (-0,9%).

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano (de janeiro a maio), o custo da cesta básica aumentou em 11 capitais, com destaque para as taxas acumuladas em Aracaju (6,28%), Belém (4,75%) e Salvador (4,14%). As quedas, que ocorreram em seis capitais, variaram de -4,24%, em Belo Horizonte, a -0,4%, no Rio de Janeiro.

TESOURO

Governo pagou menos de um terço do previsto com precatórios

O Tesouro pagou até abril somente um terço do previsto pela Lei Orçamentária com precatórios, títulos de dívida da União com sentenças definitivas na Justiça.

Segundo o Relatório da Execução Orçamentária do Ministério da Fazenda, o governo deve repassar R$ 24 bilhões ao longo do ano (R$ 2 bilhões, em média, por mês).

Porém, até abril foram pagos R$ 2 bilhões no total -R$ 500 mil em média, por mês. A fila de precatórios, no entanto, é grande e supera, em muito, essa quantia.

Os repasses com precatórios seguem represados em meio a indefinição do governo federal para a regulamentação do uso desses títulos, considerados pela Justiça líquidos e certos.

Mesmo assim, ainda de acordo com o relatório, houve uma redução do estoque de precatórios em R$ 2 bilhões entre janeiro e abril.

O valor representa o montante que foi considerado como fator de abatimento da dívida consolidada da União.

O estoque de precatórios da União é de R$ 143 bilhões. Ou seja, apenas 1,4% desse valor foi abatido pela União nos quatro primeiros meses deste ano em relação ao estoque de precatórios e requisições de pequeno valor.

Uma emenda constitucional promulgada pelo Congresso em 2021 permitiu o uso desses títulos como moeda em operações com a União. A regra é autoaplicável, segundo o texto da Carta Magna.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 26º Tarde 13º Noite 5% 06:42 17:25 **OUTONO:** Sol com nevoeiro ao amanhecer. Noite de céu limpo.

BOMBA CONTRA MORO

Tacla Duran confirma que vai depor na Câmara dia 19

O advogado Rodrigo Tacla Duran avisou ao deputado federal Rogério Correia (PT-MG) que irá participar no dia 19 de junho da sessão da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara convocada para ouvir o seu depoimento.

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli concedeu no último dia 16 um salvo-conduto temporário para o advogado vir ao Brasil participar da reunião sem ser preso.

"Diante das tratativas mantidas pela Câmara dos Deputados com o depoente para que lhe seja assegurada 'imunidade', a fim de que possa esclarecer as denúncias em apreço ao parlamento, penso que não há outra alternativa senão a concessão de salvo-conduto para esta finalidade", diz Toffoli em sua decisão.

Em mensagem ao deputado, Tacla Duran informou que poderia estar presente já no dia 19, data na qual deve ser marcada a sessão. O requerimento de convite foi aprovado na comissão em 9 de maio.

O objetivo dos parlamentares é pedir o aprofundamento das acusações que o advogado tem feito sobre o senador Sergio Moro (União-PR).

Tacla Duran vem sustentando que pessoas próximas a Moro tentaram extorqui-lo na negociação de um acordo de delação em 2016. Moro nega e afirma que o advogado fala sem provas sobre assuntos já investigados e arquivados pela Procuradoria-Geral da República.

O advogado Rodrigo Tacla Duran virou alvo dos investigadores da Lava Jato em 2016, quando foi apontado por delatores como operador financeiro de empreiteiras. Uma quebra de sigilo mostrou que o escritório de advocacia dele recebeu de construtoras R$ 55 milhões (em valores não corrigidos) de 2011 a 2013. Como advogado, atuou para a Odebrecht de 2011 a 2016.

PRIMEIRA TURMA

STF volta atrás e rejeita denúncia que já havia aceitado contra Lira

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem rejeitar uma denúncia que a corte já havia aceitado contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Apesar de ser incomum o Supremo reverter uma denúncia já aceita, o tribunal também fez isso em 2021 em outro caso que envolvia Lira, o do chamado "Quadrilhão do PP".

Nesta terça, o entendimento foi unânime, com os votos dos ministros André Mendonça, Dias Toffoli, Luiz Fux Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes. Moraes e Barroso modificaram os seus votos anteriores.

A ação que o Supremo julgou era uma das principais pendências judiciais de Lira, que havia completado mais de dois anos e meio de tramitação paralisada após pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro Dias Toffoli.

O Supremo já tinha maioria contra Lira, mas os ministros permitiram que André Mendonça apresentasse um novo voto em substituição ao do seu antecessor, o ministro aposentado Marco Aurélio Mello, o que beneficiou o presidente da Câmara.

O argumento da corte é que mudanças legislativas influenciam na ação contra o presidente da Câmara e que a própria PGR (Procuradoria-Geral da República) desistiu da denúncia. Por isso, Mendonça poderia votar no caso.

Em seu voto, Mendonça afirmou que as provas nesse caso eram fracas. Segundo ele, mesmo as delações premiadas "foram menos esclarecedoras do que em geral se verifica em casos semelhantes" e "apontaram com vagueza a real relação entre corrupto e corruptor".

Lira foi acusado de corrupção pela PGR após um ex-assessor ter sido flagrado transportando R$ 106,4 mil em dinheiro vivo. O processo recebeu aval do Supremo em 2019, mas pouco andou desde então.

O caso é oriundo da Operação Lava Jato e voltou à corte em meio a uma crise entre o presidente da Câmara e o Palácio do Planalto.

A denúncia contra Lira foi aceita pelos ministros do STF em 2019, mas a defesa apresentou um recurso contra a medida chamado de embargos declaratórios. Houve maioria em 2020 para a rejeição desses embargos, mas Toffoli, então, fez o pedido de vista antes do encerramento formal dessa fase.

Em abril passado, a PGR, já sob o comando de Augusto Aras, voltou atrás e pediu ao STF a rejeição da denúncia que ela mesma havia apresentado contra o presidente da Câmara.

A vice-procuradora geral da República Lindôra Araújo citou a ausência de justa causa, com ressalva em hipótese de surgimento de novas provas.

Lindôra usou como argumento a nova legislação do pacote anticrime, sancionada em 2019, e o novo entendimento do STF sobre a insuficiência, para sustentar a abertura de ação penal, de depoimentos de delatores os quais não estejam acompanhados de elementos de comprovação.

DESCARTADO

Câmara confirma decisão do TSE e declara perda de mandato de Deltan

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declarou ontem a perda do mandato do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR).

À Mesa cabe apenas fazer a declaração oficial, atendendo a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). No último dia 16, a corte eleitoral cassou, por unanimidade, o registro da candidatura e, consequentemente, o mandato de deputado.

Em reunião realizada na residência oficial da Câmara, o corregedor, deputado Domingos Neto (PSD-CE), apresentou seu parecer sobre a cassação do ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba.

A decisão da Mesa foi por unanimidade. "Não cabe à Mesa rever a decisão do TSE. É uma decisão meramente declaratória, não é homologatória. A Mesa não tinha outra alternativa", diz Luciano Bivar (União Brasil-PE), 1º secretário.

Para Deltan, a Câmara se curvou diante de uma "decisão injusta". "Hoje a Mesa da Câmara dos Deputados decidiu se curvar diante de uma decisão injusta do TSE. Mais uma vez, o Poder Legislativo decidiu se curvar à criação da lei pelo Poder Judiciário. Hoje a Casa do Povo se dobrou contra a vontade do povo", afirmou a jornalistas.

A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), 2ª secretária da Mesa, afirmou em nota que "a decisão não envolve qualquer perseguição política". "Ao contrário do modo como procedia o ex-deputado quando procurador", disse.

Deltan afirmou que não se arrependeu "em nenhum momento" do que fez enquanto parlamentar e que não faria nada diferente para manter o seu mandato.

Agora, segundo regimento interno da Câmara, a Mesa Diretora terá até 48 horas para convocar o suplente de Deltan. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná decidiu que a vaga deve ser ocupada por Itamar Paim (PL), um pastor de Paranaguá, que teve 47 mil votos, conforme informou a coluna Painel, da Folha de S.Paulo.

O próximo passo será o parlamentar entregar suas credenciais, assim como esvaziar o seu gabinete. Segundo membros da equipe de Deltan, a partir desta quarta-feira (7) a linha telefônica do gabinete deverá ser bloqueada, e membros do Departamento de Apoio Parlamentar da Casa entrarão em contato para tratar dos trâmites da entrega da sala.

Nota

STF RETOMA JULGAMENTO DO MARCO TEMPORAL

O STF retoma hoje o julgamento sobre o marco temporal com cenário indefinido e a corte dividida. A falta de consenso pode fazer com que o tribunal não chegue a uma definição rápida da questão. Parte dos ministros acha que o Supremo deve esperar o tema ser debatido pelo Parlamento, seguindo a lógica que no Estado democrático de Direito, "o Judiciário deve deferência ao Congresso". Outra ala acha que o julgamento, que começou em 2021, deve ser finalizado. Além disso, sustenta que uma lei aprovada no Legislativo poderá ter sua constitucionalidade questionada no próprio STF, que terá a palavra final sobre a questão.

COM GRUPO ADVERSÁRIO

Ex-assessor de Lira preso com maços de dinheiro junto ao corpo volta à Câmara

O assessor parlamentar de Arthur Lira (PP-AL) detido em 2012 no aeroporto de Congonhas com R$ 106 mil em dinheiro vivo ocultado sob a roupa voltou a trabalhar na Câmara dos Deputados neste ano, agora com um grupo adversário do presidente da Casa.

Jaymerson José Gomes de Amorim —que em 2023 figura como funcionário do gabinete do deputado Luciano Amaral (PV-AL)— é pivô de um caso que resultou em uma denúncia contra Lira no STF (Supremo Tribunal Federal).

Na tarde de ontem, após mais de dois anos e meio parado, o caso teve desfecho: a Primeira Turma do Supremo decidiu rejeitar a denúncia contra o presidente da Câmara.

O STF havia aceitado a acusação por corrupção passiva contra Lira em 2019, mas, em novembro de 2020, o ministro Dias Toffoli fez pedido de vista durante análise de recurso contra o recebimento da denúncia.

Toffoli só devolveu o caso à pauta recentemente, mais de dois anos e meio depois de seu pedido de vista.

Após Augusto Aras assumir o cargo, a Procuradoria-Geral da República mudou de posição e passou a recomendar a rejeição da denúncia contra Lira.

Jaymerson trabalha com o deputado Luciano Amaral desde o primeiro dia da legislatura atual, 1º de fevereiro. Ele foi nomeado inicialmente como secretário parlamentar e, em março, passou a ocupar um cargo de natureza especial. O salário dele em abril foi de R$ 21.096,34, segundo a página da Câmara.

USO MEDICINAL

SP define doenças que serão tratadas com cannabis pelo SUS

O governo de São Paulo definiu as primeiras doenças beneficiadas pela oferta da cannabis medicinal pelo SUS (Sistema Único de Saúde) no Estado.

Pessoas com Síndrome de Dravet, Síndrome de Lennox-Gastaut e esclerose tuberosa poderão receber os novos medicamentos nos seus tratamentos.

"São condições gravíssimas que comprometem a qualidade de vida dos pacientes afetados e suas famílias. A ampliação do tratamento poderá trazer-lhes imenso benefício. Esperamos poder oferecer-lhes este benefício o mais brevemente possível e imagino que isso aconteça ainda nos próximos meses", explicou José Luiz Gomes do Amaral, coordenador da Comissão de Trabalho sobre o tema.

A lei que prevê a distribuição gratuita de medicamentos com canabidiol pelo SUS de São Paulo foi sancionada em 31 de janeiro pelo governador Tarcísio de Freitas. A norma prevê que os medicamentos com CDB só serão distribuídos pelo SUS se tiverem registro prévio na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e no país de origem, com efeito benéfico cientificamente comprovado.

Pacientes deverão apresentar laudo médico e prescrição justificando o uso, bem como detalhes sobre o período de tratamento e provando a incapacidade de compra no sistema privado.

A definição das doenças contempladas aconteceu após aprovação de pareceres técnicos produzidos por subgrupos dentro da Comissão, constituídos por representantes de associações médicas, faculdades de medicina, setores dos Poderes Judiciário e Legislativo e da Anvisa, além da Secretaria Estadual de Saúde.

O grupo se reúne semanalmente para estudar a inclusão dos medicamentos à base de canabidiol no tratamento de outras doenças como convulsões refratarias, dor refratária, condições associadas ao autismo, entre outras, conforme explicou a Secretaria.

DOENÇAS INCURÁVEIS

Síndrome de Dravet: acomete crianças ainda no primeiro ano de vida e é genética e degenerativa. Muitas vezes confundida com convulsões causadas por febre, provoca epilepsia grave e resistente a tratamentos convencionais, características do espectro autista, perda da capacidade de comunicação e leva a deterioração cognitiva e motora.

Síndrome de Lennox-Gastaut: também causa epilepsia em crianças pequenas e tem impacto negativo grave no desenvolvimento mental e físico. Mais comum entre meninos, a doença afeta cerca de um a cada 50 mil nascidos vivos e está associada ao desenvolvimento de diversas outras neuropatologias, incluindo a esclerose tuberosa, cujo tratamento com os novos.

Nota

PF INVESTIGA LAVAGEM DE DINHEIRO ROUBADO NO AEROPORTO DE VIRACOPOS

A Polícia Federal (PF) iniciou ontem a segunda etapa da Operação Occulta Pecunia, que investiga a ocultação e lavagem de aproximadamente US$ 5 milhões roubados no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), no início de março de 2018. Os policiais cumprem três mandados de busca e apreensão em endereços residenciais nas cidades de Indaiatuba e Campinas. Os mandados foram expedidos pela 1ª Vara Federal em Campinas. Segundo a PF, a ocultação do dinheiro do roubo ocorreu principalmente por meio da aquisição de um imóvel residencial na cidade e pelo repasse de parte dos recursos a dois empresários que, em período subsequente ao roubo, movimentaram cerca de R$ 10 milhões. "Até o momento, foram identificadas e estão sendo investigadas nove pessoas físicas e uma jurídica, além das transações de aquisição de oito imóveis residenciais, vários terrenos em Furnas (MG) e veículos automotores", informou a PF em nota. De acordo com a polícia, os envolvidos responderão pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa, cujas penas somadas podem chegar a mais de 14 de anos de prisão.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM SÉRIE ÚNICA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª (Vigésima Nona) Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a se reunirem conjuntamente com: (I) a Emissora; (ii) a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, Sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"); em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 24 de janeiro de 2023, ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **26 de junho de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, (i) do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado Entre Ita Power Engenharia SPE LTDA ("Cedente"), Canal Companhia de Securitização ("Cessionária"), Susten Energia S.A, Cooperativa de Consumidores de Energia Power Green LTDA., e Arcos Power Engenharia SPE LTDA ("Garantidores"), em virtude da não observância do prazo para a obtenção do registro da Alienação Fiduciária sobre o Direito de Superfície do Imóvel registrado sob a matrícula nº 17.292, localizado na Comarca da Itapecerica/MG e do Contrato de Promessa de Constituição Onerosa de Direito Real de Superfície e Outras Avenças, Escritura Pública de Constituição do Direito Real de Superfície do Imóvel ("Registros Pendentes"); **(ii)** Caso aprovada a não Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da ordem do dia (i) acima, autorizar a concessão de prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias para que a Cedente apresente os Registros Pendentes devidamente averbados nos cartórios de registro de imóveis competentes; **(iii)** Caso aprovada a ordem do dia (ii) acima, autorizar que a Emissora reestabeleça a liberação de recursos conforme o avanço da medição de obras, na forma prevista nos Documentos da Operação; **(iv)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, se aprovados. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando a maioria dos CRI, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 05 de junho de 2023. Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização, Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização.

OUTONO: Sol com nevoeiro ao amanhecer. Noite de céu limpo. Manhã Tarde Noite 29º 15º 5% 06:27 17:16

UNIFORMES

Fachin mantém decisão que obriga uso de câmeras pela PM

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

ABRASIL

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve ontem a decisão que obriga o governo do Rio de Janeiro a instalar câmeras e equipamentos de geolocalização nos uniformes dos policiais do estado.

Além da instalação dos equipamentos, a decisão determina que as imagens captadas sejam armazenadas e compartilhadas com o Ministério Público, a Defensoria Pública e vítimas de violência policial quando solicitadas.

No mês passado, o governo do Rio participou de uma audiência de conciliação no Supremo e alegou que a instalação das câmeras prejudica ações de investigação e coloca em risco a segurança dos agentes.

No entanto, na nova decisão, Fachin manteve a obrigatoriedade na instalação, mas permitiu que sejam listados procedimentos que possam interferir em atividades de inteligência.

"Essas atividades, no entanto, não coincidem necessariamente com todas as operações realizadas por batalhões ou unidades especiais ou mesmo por todos os agentes que integram essas unidades. Sempre que houver emprego de força não relacionado às atividades de inteligência devem os agentes do Estado portar as câmeras corporais", decidiu.

HISTÓRICO

Em dezembro do ano passado, Edson Fachin determinou que o governo do Rio apresentasse um cronograma para instalação das câmeras. A medida foi tomada após a decisão da Corte que obrigou a corporação a instalar os equipamentos para combater a falta de investigação da morte de cidadãos durante confrontos entre policiais e criminosos nas comunidades do Rio.

Em agosto de 2020, o STF restringiu a realização de operações policiais na capital fluminense. Pela decisão, as operações poderiam ser deflagradas somente em casos excepcionais. E a polícia tem que justificar as medidas por escrito e comunicá-las ao Ministério Público estadual, órgão responsável pelo controle externo da atividade policial.

A medida foi tomada após a morte da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, em setembro de 2019.

ARMAMENTO

Governo do Irã apresenta primeiro míssil balístico hipersônico feito no País

O Irã apresentou ontem seu primeiro míssil balístico hipersônico de fabricação nacional. O anúncio deve aumentar as preocupações ocidentais com a capacidade bélica de Teerã. A agência estatal de notícias IRNA publicou fotos do míssil chamado Fattah em uma cerimônia que contou com o presidente Ebrahim Raisi e comandantes do Guarda Revolucionária do Irã, unidade militar de elite que, além de liderar a segurança nacional, exerce grande influência política no regime.

"O míssil hipersônico Fattah guiado com precisão tem um alcance de 1.400 km e é capaz de penetrar todos os escudos de defesa", disse Amirali Hajizadeh, chefe da força aeroespacial da Guarda. "É um grande salto geracional."

Mísseis hipersônicos podem voar pelo menos cinco vezes mais rápido que a velocidade do som e em uma trajetória complexa, o que dificulta sua interceptação por sistemas de defesa antiaérea. Segundo a mídia estatal, o Fattah atingiu velocidade máxima de 15.000 km/h. "Ele pode contornar os sistemas antimísseis mais avançados dos Estados Unidos e do regime sionista, incluindo o Domo de Ferro", disse a TV estatal iraniana, em referência ao célebre modelo israelense que, segundo Tel Aviv, é capaz de interceptar 90% dos mísseis disparados contra seu território. Em novembro, o Irã havia anunciado a fabricação do armamento, levantando preocupações na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em relação ao programa nuclear iraniano.

Segundo o diretor da AIEA, Rafael Grossi, o anúncio não deve influenciar as negociações sobre o programa nuclear. As tratativas entre Teerã e o governo americano estão paralisadas desde setembro passado.

Grandes mísseis balísticos, do tipo que levam armas nucleares das grandes potências, chegam a velocidades altíssimas perto da hora de atingir o alvo, mas seguem uma trajetória considerada previsível -e, portanto, mais fácil de interceptar. A vantagem dos novos hipersônicos é poder manobrar.

Esses modelos, em estudo desde a Guerra Fria, ganharam destaque mundial quando integraram o pacote de "armas invencíveis" anunciado pelo presidente russo, Vladimir Putin, em 2018. Rússia, Coreia do Norte e Estados Unidos anunciaram que já testaram esse tipo de armamento.

Após anos de um desenvolvimento problemático e dúvidas, Washington testou pela primeira vez de forma completa um míssil hipersônico em dezembro do ano passado. Em março, no entanto, a Força Aérea americana cancelou seu principal programa, O motivo foi um novo fracasso em teste do AGM-183A ARRW (sigla em inglês para Arma de Reação Rápida Lançada do Ar, mas que soa como "flecha").

Um modelo russo já em operação é o planador hipersônico Avangard. A diferença é que esse modelo, que pode levar uma ogiva nuclear, é lançado do solo por um míssil intercontinental até atingir a altitude de ação.

Outro modelo hipersônico russo é o Tsirkon, míssil de cruzeiro que voa a altitudes menores e foi desenhado para ser uma arma lançada por navios contra alvos marítimos. E há também o Kinjal, mais básico, na forma de um míssil balístico lançado por aviões, que já foi empregado na Guerra da Ucrânia. A China correu atrás e, no ano passado, surpreendeu analistas ocidentais com o que pareceu ser o teste sofisticado de um planador hipersônico. Além disso, tem em operação outro modelo do gênero, o DF-17. Neste ano, anunciou míssil desenhado para ataque a porta-aviões, diferencial ofensivo dos rivais nos EUA.

VATICANO

Papa Francisco vai a hospital para exames

Dois meses após ser internado com quadro de bronquite, o Papa Francisco, 86, foi levado a um hospital ontem em Roma, na Itália, para ser submetido a exames. O pontífice já voltou ao Vaticano.

O papa esteve em um departamento especializado no tratamento de pacientes idosos, segundo as agências de notícias italianas ANSA e AGI. Ele chegou ao hospital às 10h40 no horário local (5h40 em Brasília) e permaneceu por cerca de 40 minutos. O Vaticano não divulgou detalhes dos exames.

Francisco, que celebrou dez anos de seu pontificado em março, tem sofrido com uma série de doenças nos últimos anos e costuma usar uma cadeira de rodas ou uma bengala em suas aparições públicas por causa de dores persistentes no joelho.

No mês passado, o papa precisou cancelar audiências após apresentar febre. Antes, em março, ele recebeu diagnóstico de bronquite e ficou cinco dias internado —o argentino está no geral mais exposto a doenças respiratórias por ter retirado parte de um dos pulmões quando tinha 20 e poucos anos.

Em entrevista à rede Telemundo, exibida há duas semanas, o líder disse que a doença respiratória foi "tratada a tempo". "Se tivéssemos esperado mais algumas horas, teria sido mais grave", afirmou.

NEGÓCIOS

Nova incubadora da UFRJ terá foco nas áreas social e ambiental

ALANA GANDRA/ABRASIL

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) está com uma nova incubadora de negócios, que tem foco no impacto social e ambiental e lança edital ainda neste mês. Batizada Inyaga que, em Ka'apor, língua indígena pertencente à família Tupi-Guarani, significa Nossa Terra, a incubadora resulta de parceria entre a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) com o Parque Tecnológico da UFRJ.

Segundo a coordenadora da unidade, Eliane Ribeiro, professora titular da FACC, a data de lançamento e os valores da chamada pública estão sendo definidos em conjunto com o Parque Tecnológico. "A ideia é começar oferecendo um tipo de incubação para empreendimentos que chamamos de associados. Será um edital de fluxo contínuo, ou seja, que aconteça sempre". Inicialmente, deverão ser cinco vagas simultâneas, que poderão ser ampliadas, dependendo das parcerias que venham a ser fechadas com a iniciativa privada e pública. "Este é o nosso objetivo".

Eliane Ribeiro é doutora em engenharia de produção pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em engenharia de produção pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ).

INOVAÇÃO

A inovação é o ponto chave de ação da incubadora, cuja meta é estabelecer um canal entre o que é gerado em termos de inovação na universidade e as demandas da iniciativa pública e privada. "Tem algumas coisas acontecendo na universidade, porque a incubadora está nascendo em um ambiente de inovação. Já temos players [atores] relacionados nesses processos, e a incubadora vem para atender uma demanda que não foi atendida."

Eliane se disse segura de que a Inyaga conseguirá integrar o conhecimento gerado na UFRJ com a sociedade e o meio ambiente. "É dever nosso devolver à sociedade o que ela investe na universidade. Temos um dever, uma missão de contribuir para o desenvolvimento do país e da sociedade. Este é o grande foco da incubadora."

Os mais diversos projetos e empresas poderão ser desenvolvidos na incubadora de negócios sociais e ambientais. Eliane citou projetos de economia criativa e solidária, controle de processos, tecnologias de forma geral, recursos naturais, agroecologia e tecnologias pedagógicas, por exemplo. "Tudo que tiver impacto positivo na sociedade, no meio ambiente, abraçaremos."

Nas propostas que forem apresentadas para seleção, os critérios serão potencial do projeto, benefícios gerados e conteúdo inovador. As inscrições para o edital deverão ser abertas no fim deste mês ou no início de julho, com 30 dias de duração, para que toda a comunidade interna e externa possa participar. A incubadora começará a operar ainda neste ano, "a todo vapor", disse Eliane.

SINERGIA

A Incubadora Inyaga funcionará em sinergia com o ecossistema de inovação da universidade que conta com a Inova UFRJ, o Parque Tecnológico, o Sistema Inova, mais de 1.400 laboratórios e as demais incubadoras.

A universidade tem a inovação como uma de suas pautas, leva em conta a importância estratégica do tema e está ciente da capacidade instalada e do capital intelectual preparado para traçar mudanças significativas, mesmo em cenários de limitação orçamentária.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 16 de Junho de 2023 a partir das 09h10
2º Público Leilão: 23 de Junho de 2023 a partir das 13h30

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial - mat. Jucesp nº 951, com escritório à Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office, Cjs 401 e 414, Cidade Monções - São Paulo /SP, CEP: 04571-010, autorizado por ORE SECURITIZADORA S.A. inscrito no CNPJ sob nº 12.320.349/0001-90, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do instrumento particular, datado de 19/11/2015, e cédula de credito imobiliário, nº 020015, serie A1, o seguinte imóvel em lote único: Rua das Laranjeiras, nº 531, apartamento 35, com a fração de 0,0060 do terreno. Freguesia das Gloria. Inscrição FRE 0715.094, CL 07522, características e confrontações: O terreno mede de testada 21,30m pela Rua das Laranjeiras, lado esquerdo; em 3 segmentos da frente para os fundos, o primeiro de 200,00m; o segundo de 16,50m ambos confrontando com o imóvel nº 537, da mesma Rua, de propriedade de Laura Rocha Guimarães ou sucessores; e o terceiro de 32,20m, confrontando com o lote de propriedade de sucessores do Espolio de Miguel Faustino do Monte; fundos 7,07m fazendo testada para a Rua Teixeira Mendes; lado direito em 3 segmentos dos fundos para a frente; o primeiro de 21,70m o segundo de 7,50m, confrontando com o lote 23 da Rua Teixeira Mendes de propriedade de Lilia Monteiro Farina de Souza ou sucessores e o terceiro de 187,00m confrontando com os imóveis nºs 529, de propriedade de Antônio Vasconcellos e nº 525, ambos da Rua das laranjeiras. Matrícula sob nº 69.782 do 9º Cartório de Oficio de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 0715094-9. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.441.517,25 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e um mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 245.404,09 (Duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e nove centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Fica o **Fiduciante Tadeu Tiago Cavallari Souto do Monte,** RG nº 24962514-3-SSP/SP e CPF nº 172.986.508-90, intimado das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB
CNPJ/MF 42.429.480/0001-50
AVISO DE PROSSEGUIMENTO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA NACIONAL - CN Nº 01/2023 PROCESSO FUJB Nº. 27.371-6

A Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitações – CPL, designados pela Portaria nº 14/2022, **COMUNICA** que, após as devidas readequações no Edital e seus anexos, que a sessão de prosseguimento do certame Licitatório **CN FUJB Nº 01/2023** na modalidade Concorrência Nacional, do tipo Menor Preço Global e contratação pelo regime de empreitada por preço unitário, com o objetivo de "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE MÉDIA TENSÃO E ALIMENTADORES PARA ATENDIMENTO AOS 3 MÓDULOS EMERGENCIAIS DO MUSEU NACIONAL / UFRJ**", relativo ao Processo FUJB 27.371-6 de 10/04/2023, será realizada no dia 21 de junho de 2023 as 10 h. **LOCAL**: **Avenida Pasteur, 280 - Urca, Cidade do Rio de Janeiro - RJ / Sala de reuniões da Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB.VALOR ESTIMADO: R$ 4.429.753,78 (quatro milhões quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e cinqüenta e três reais setenta e oito centavos)**. A documentação completa do Edital estará à disposição para consulta e/ou retirada no site **http://www.fujb.ufrj.br**, podendo também ser retirado, mediante a entrega de um Pen Drive, no Setor de Licitações da FUJB, no horário de 9h às 12h e de 14h às 17h. Quaisquer informações sobre o Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações da FUJB, pelo telefone (21) 3034-5861, ou pelo e-mail **slc@fujb.ufrj.br** nos horários já indicados.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2023.
Cláudio Francisco de Siqueira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Tangara Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30/05/2023

1. Data, Local e Hora: No dia 30/05/2023, na sede social da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, 2º andar, sala 08, Worldwide Offices, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 14:40 horas. **2. Convocação e Presença:** Foi realizada convocação mediante edital publicado, de forma impressa e digital, no Jornal Diário dos Acionistas em 17/05/2023, 18/05/2023 e 19/05/2023. **3. Publicação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022 foram publicadas, de forma impressa e digital, no Jornal Diário do Acionista, edição de 08/03/2023, página 15. **4. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **5. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31/12/2022; **(iii)** reeleger os diretores da Sociedade; **(iv)** fixar o valor da remuneração global anual dos Diretores. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **6. Deliberações tomadas por unanimidade: Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.** Aprovar, em sua íntegra, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, acompanhadas do Relatório de Auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, conforme publicadas. **6.2.** Aprovar a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2022 (Anexo I), cujo valor total é de R$ 46.642.173,49, destinando R$ 2.332.108,67, à constituição da Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 31, (i) do Estatuto Social da Companhia. **6.2.1.** Aprovar o **pagamento de dividendos complementares** no montante de **R$ 1.853.442,62** correspondente a parte do saldo da realização da avaliação patrimonial. **6.2.2.** Registrar que não há dividendos adicionais a pagar, uma vez que a Diretoria, em reunião ocorrida em 06/03/2023, aprovou o pagamento do montante de **R$ 47.128.718,53** aos acionistas, referentes à totalidade dos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 11.077.516,20, bem como a totalidade dos dividendos complementares, no valor de R$ 33.232.548,62, e de parte do montante correspondente à realização da avaliação patrimonial, conforme item 6.2.1. acima, no valor de R$ 2.818.653,71. **6.3.** Para compor a Diretoria da Sociedade, **reeleger** os Srs: **(i) Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, SSP/RJ, e do CPF/MF sob o nº 071.000.747-70, para o cargo de **Diretor Presidente**; **(ii) Flavio Martins Ribeiro**, portador da cédula de identidade nº 7696206, SSP/MG, e do CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, para ocupar o cargo de **Diretor sem designação específica**; e **(iii) Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, SSP/PR, e do CPF/MF sob o nº 861.403.379-68, para o cargo de **Diretor sem designação específica;** todos com prazo de gestão de até 01 ano a contar da assinatura desta Assembleia, e em conformidade com o artigo 17 do Estatuto Social. **6.3.1.** Os Diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração, nos prazos e normas previstos no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 17, parágrafo segundo do Estatuto Social. **6.4.** Fixar em até R$ 16.000,00 o montante global da remuneração anual dos administradores. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.5.** Com fundamento no artigo 173 da Lei nº 6.404/76, aprovar a redução de capital social em R$ 55.000.000,00 da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 1.006.241.034,90 para R$ 951.241.034,90. **6.5.1.** Consignar, observado os artigos 174 e 287, II, alínea "g" da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, que o pagamento ora declarado no item 6.5., estará à disposição dos acionistas na sede da companhia localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, Jacarepaguá. **6.5.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo. 5º.*** *O capital social da sociedade é R$ 951.241.034,90, totalmente subscrito e integralizado, representado por 121.972.407.819 ações, sendo 121.972.407.818 ações ordinárias e 1 de ação preferencial classe.*" **6.5.3.** Registrar que a redução de capital ora aprovada, decorre da aprovação: (i) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, concedida por meio do Despacho nº 1.163 de 08/05/2023, publicado em no Diário Oficial da União em 15/05/2023; e (ii) dos debenturistas da 1ª e da 2ª emissão pública de debêntures da Companhia, conforme Clausula 7.26.1. VIII e Clausula 6.1.1., VIII, respectivamente. **6.5.4.** Os valores ora declarados, nos itens 6.2.1. e 6.5., devem ser pagos aos acionistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia dentro do exercício social em curso, nos termos do § 3º do art. 205 da Lei de Sociedades Anônimas, e na proporção de sua participação no capital social, observado o item 6.5.1., nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de Ações	%	Dividendos (em R$)
Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	118.581.263.285	97,2197445	55.272.771,65
Santo Ivo Energética S.A.	3.391.138.130	2,7802502	1.580.667,95
Sergio Feijão Filho	3.605	0,0000030	1,71
Luiz Antonio Machado	1.238	0,0000010	0,57
Amadeu Zamboni Neto	435	0,0000004	0,23
José Clovis Ribeiro Pinto	1.125	0,0000009	0,51
Total	**121.972.407.818**	**100**	**56.853.442,62**

6.6. Consignar que a Companhia é afiliada da Pérola Energética S.A. (CPNJ 09.629.945/0001-41), Elera Renováveis S.A. (CNPJ 02.808.298/0001-96), Rio Casca Energética S.A. (CNPJ 09.597.979/0001-00), Lethe Energia S.A. (CNPJ 25.227.949/0001-50), Duas Lagoas Energética S.A. (CNPJ 23.540.237/0001-60), Mirante Energética S.A. (CNPJ 23.541.412/0001-34), TERP GLBL Brasil I Participações Ltda. (CNPJ/MF nº 21.748.188/0001-20), e suas respectivas controladas e controladoras, sendo, portanto, todas essas pertencentes ao grupo Brookfield. **6.7.** Aprovar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. **7. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos integrantes da mesa que a presidiram. **8. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretaria Designada. Acionistas: Santo Ivo Energética S.A. (neste ato representada pelos diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira), Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (neste ato representado por sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.), Sergio Feijão Filho (neste ato representada por sua procuradora Isis Paula Cerinotti). Rio de Janeiro, 30/05/2023. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária.